

PERFIL DA AUTOMEDICAÇÃO PEDIÁTRICA EM PACIENTES ATENDIDOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Luma Paulino Dos Santos¹
Aline Santos Monte²

RESUMO

INTRODUÇÃO: A automedicação ocorre quando o indivíduo prefere utilizar medicamentos à disposição, sem prescrição para tratar doenças ou sintomas auto reconhecidos. Assim, crianças representam um grupo suscetível à prática, pois o uso seguro de medicamentos na pediatria depende de algumas variáveis como: idade, peso, e limitações do próprio organismo. **OBJETIVO:** Analisar o perfil da prática de automedicação em crianças de 0 a 12 anos, por seus pais e/ou responsáveis, atendidas em um hospital de alta complexidade no interior do Ceará. **MÉTODOS:** Estudo descritivo, transversal e quantitativo, através de coleta de dados por meio de um questionário. **RESULTADOS:** As mães das crianças atendidas compuseram a maior porcentagem dos indivíduos entrevistados (85,9%) e que a maioria das crianças atendidas tinha entre 0 a 3 anos (64,4%). A prevalência de automedicação foi de 60%, enquanto que 40% afirmaram que nunca realizaram. Sobre a constatação de efeitos adversos causados pelos medicamentos utilizados, a maioria respondeu que nunca detectou (90,1%), enquanto que 9,9% relatou já ter identificado. Os efeitos adversos citados foram: reações alérgicas, diarreia, agitação, intoxicação e convulsão. Quanto às situações clínicas de saúde que motivaram a automedicação pediátrica, as citadas foram: febre (38,6%), cólicas e dores em geral (25%), tosse (13,6%), gripe (12,5%), inflamação na garganta (5,7%), vômitos (2,3%) e alergias (2,3%). Os resultados indicam elevada prevalência da automedicação em crianças. Considera-se que essa conduta pode trazer consequências graves para a criança, pois, a depender do sintoma, o problema de saúde pode ser diagnosticado errado, e, neste caso, a medicação pode promover o mascaramento de doenças. **CONCLUSÃO:** Ressalta-se a importância da realização de uma intervenção educativa, juntamente aos pais e responsáveis, a respeito dos fármacos utilizados, respeitando a dosagem baseada no peso e faixa etária da criança, questões essas contidas na prescrição.

Palavras-chave: automedicação; pediatria; hospitais.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde - Curso de Farmácia, Discente, luma@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Docente, alinesmonte@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

A automedicação se dá quando o indivíduo prefere fazer o uso de medicamentos à disposição sem prescrição para tratar doenças ou sintomas auto reconhecidos. Alguns fatores elencados como estimuladores da automedicação são: experiência prévia do paciente ou cuidador através da reutilização de prescrições anteriores, intensa propaganda publicitária de medicamentos e venda facilitada dos Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's) nas farmácias. Entretanto, quando a automedicação é realizada inadequadamente, podem haver consequências graves, como: efeitos adversos a curto ou longo prazo, interações medicamentosas, intoxicações, prolongamento do tempo para a procura do serviço de saúde em situações graves, ou até mesmo a interpretação incorreta dos sintomas, dificultando o diagnóstico e o prognóstico correto da doença. Por isso, a automedicação é uma parte integrante do autocuidado que deve ser realizada de forma racional. Neste sentido, as crianças representam um grupo suscetível à auto administração medicamentosa, pois o uso seguro de medicamentos na pediatria depende de algumas variáveis que muitas vezes não são consideradas em adultos, como: idade, peso, área da superfície corporal, além da capacidade de absorver, metabolizar e excretar os medicamentos.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo descritivo e transversal, através de coleta de dados por meio de um questionário. O estudo possui uma abordagem quantitativa, pois as informações foram coletadas mediante instrumentos formais, reunidas e analisadas de forma quantitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que as mães das crianças atendidas compuseram a maior porcentagem dos indivíduos entrevistados (85,9%) e que a maioria das crianças atendidas tinha entre 0 a 3 anos (64,4%). A prevalência de automedicação pediátrica foi de 60%, enquanto que 40% afirmaram que nunca realizaram. Sobre a constatação de efeitos adversos causados pelos medicamentos usados sem prescrição, a maioria dos entrevistados respondeu que nunca detectou (90,1%), enquanto que 9,9% relatou já ter identificado. Os efeitos adversos citados foram: reações alérgicas, diarreia, agitação, intoxicação e convulsão. Quanto as situações clínicas de saúde que motivaram a automedicação pediátrica, as citadas foram: febre (38,6%), cólicas e dores em geral (25%), tosse (13,6%), gripe (12,5%), inflamação na garganta (5,7%), vômitos (2,3%) e alergias (2,3%). Os resultados do estudo indicam elevada prevalência da automedicação em crianças, sendo considerada uma prática real e frequente. Um dos motivos elencados pelos pais e responsáveis para justificar a prática de automedicação pediátrica foi por considerar como simples o problema de saúde. Considera-se que essa conduta pode trazer consequências graves para a criança, pois, a depender do sintoma, o problema de saúde pode ser diagnosticado errado, e, neste caso, a medicação pode promover o mascaramento de doenças.

CONCLUSÕES

Ressalta-se a importância da realização de uma intervenção educativa, juntamente aos pais e responsáveis, para esclarecer a respeito dos fármacos utilizados, respeitando a dosagem baseada no peso e faixa etária da criança, questões essas contidas na prescrição.

Nesse contexto, o profissional farmacêutico exerce papel fundamental, cabendo a ele orientar a comunidade durante a dispensação de medicamentos para que o consumo dos medicamentos prescritos e não prescritos seja adequado e consciente. Além disso, é atribuição do farmacêutico analisar as informações do paciente para, se necessário, encaminhá-lo a outro profissional de saúde ou recomendar terapias não farmacológicas. Espera-se, portanto que este estudo contribua para alertar sobre o desconhecimento acerca dos fármacos autoadministrados às crianças e promover o uso racional de medicamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado, em especial à Professora Dra. Aline Santos Monte, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com tanta dedicação e assistência sempre que necessário. Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (BICT/FUNCAP) pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BELO, N.; MAIO, P.; GOMES, S. Automedicação em idade pediátrica. Birth and Growth Medical Journal, v. XXVI, n. 4, p. 234-239, 2017.**
- FANNY SARFATI KOSMINSKY ; AMÉLIA FUMIKO KIMURA. Cólica em recém-nascido e lactente: revisão da literatura. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 25, n. 2, p. 147, 2021. Disponível em : . Acesso em: 22 Jul. 2021.**
- GUILHERME, JALUSA MUNHOZ et al. CONHECIMENTO DAS PUÉRPERAS SOBRE A CÓLICA NO RECÉM NASCIDO. Revista Científica da Saúde, v. 2, n. 1, p. 15-26, 2020.**
- LIMA, M. et al. A Prática Da Automedicação Em Criança Por Pais e Responsáveis. Holos, v. 5, n. 5120, p. 1-13, 2019.**
- LIMA, TAM, SOUZA, PF, PEREIRA, LLV, GODOY, MF, DUARTE, MJ, YOLANDA, M.(2016). Self-medication among children enrolled in a public child day care center. Arq. Ciênc. Saúde, 23(4): 48-53.**
- ROMÃO, M. M. DO S.; TOLEDO, T. R.; SOARES, A. DE F. Uso de medicamentos por crianças de escolas públicas de um município da Zona da Mata mineira. Revista Científica da Faminas., v. 10, n. 2, 2014.**
- SECTION ON CLINICAL PHARMACOLOGY et al. Fever and antipyretic use in children. Pediatrics American Academy of Pediatrics, , 1 mar. 2011. Disponível em: . Acesso em: 19 fev. 2021**
- SOUZA, M. S.; SOUZA, K. M.; GALATO, D. Automedicação em crianças que procuram o serviço de emergência em um hospital no sul do Brasil. Revista Brasileira de Farmácia, v. 94, n. 1, p. 54-58, 2013.**